CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

POLICIAL FEDERAL
SUENDER
VEREADOR

REQUERIMENTO N.º _____ DE 17 DE JUNHO DE 2025

Vereador Policial Federal Suender

Requer encaminhamento de Ofício ao Ministério da Saúde, **solicitando informações sobre a ausência de insulina NPH no município de Anápolis–GO, em razão da escassez nos repasses e distribuição por parte do Ministério da Saúde, o que vem comprometendo o estoque local e afetando diretamente os pacientes dependentes do insumo. Considerando a necessidade urgente de solucionar essa situação, requer-se a regularização imediata do fornecimento por meio de envio emergencial ao município.**

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anápolis,

O Vereador que abaixo subscreve requer, nos termos do art. 136, inciso I do Regimento Interno, que seja encaminhado ofício à Secretaria Estadual de Saúde, **solicitando informações sobre a ausência de insulina NPH no município de Anápolis–GO, em razão da escassez nos repasses e distribuição por parte do Ministério da Saúde, o que vem comprometendo o estoque local e afetando diretamente os pacientes dependentes do insumo. Considerando a necessidade urgente de solucionar essa situação, requer-se a regularização imediata do fornecimento por meio de envio emergencial ao município.**

JUSTIFICATIVA

O atendimento do pleito mostra-se importante às necessidades da população, tendo em vista que a insulina NPH é um medicamento classificado como essencial pela Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) e integra a assistência farmacêutica do SUS. Sua ausência compromete gravemente o tratamento de pessoas com diabetes, podendo acarretar descompensações clínicas graves, como hiperglicemia, cetoacidose diabética e hospitalizações.

A situação atual em Anápolis, marcada pela indisponibilidade da insulina no centro de distribuição local, tem gerado extrema preocupação entre os pacientes e profissionais de saúde. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 196, assegura que **"a saúde é direito de todos e dever do Estado"**, impondo ao poder público a responsabilidade de garantir acesso contínuo a medicamentos.

Além disso, a Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM/MS n.º 3.916/1998) estabelece que cabe ao Ministério da Saúde coordenar e assegurar a regularidade da oferta de medicamentos essenciais à população.

Dessa forma, este requerimento visa obter informações formais e urgentes quanto às causas da escassez e às medidas adotadas para a normalização do fornecimento da insulina NPH, visando garantir o direito constitucional à saúde e promover a proteção dos munícipes afetados.

Câmara Municipal de Anápolis,

POLICIAL FEDERAL SUENDER
Vereador - PL